

## Por que ler “Para ler Raymond Williams”?

Ana Luiza Coiro Moraes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS

[annacoiro@ig.com.br](mailto:annacoiro@ig.com.br)

### RESUMO

Este breve trabalho resenha o livro de Maria Elisa Cevasco, “Para ler Raymond Williams”, um extenso levantamento bibliográfico sobre a obra do expoente dos Estudos Culturais britânicos, autor de muitos dos conceitos fundadores desta disciplina que, segundo Cevasco, “surgiu em resposta a uma mudança nos modos de organização da sociedade contemporânea, a chamada sociedade dos meios de comunicação de massa”.

**Palavras-chave:** Estudos Culturais – Raymond Williams

### ABSTRACT

This short paper reviews the book of Maria Elisa Cevasco, “Para ler Raymond Williams” (To read Raymond Williams), that is an extensive bibliographical survey about the work of the British Cultural Studies’ exponent, author from many of the founders concepts of this discipline that, according to Cevasco, “arose in answer to a change in the ways of organization of the contemporary society, the called society of the mass communication”.

**Keywords:** Cultural Studies – Raymond Williams

O título desta resenha faz um jogo de palavras com o da obra que focaliza — “Para ler Raymond Williams”, de Maria Elisa Cevasco (Paz e Terra, 2001) — porque a proposta aqui é, sobretudo, uma leitura centrada no interesse do livro para a área de Comunicação. O motivo do que se constitui em uma discussão dialética dos conceitos operacionalizados pelo autor inglês, através de acurado levantamento bibliográfico, que abrange a totalidade da obra de e sobre Raymond Williams, Maria Elisa Cevasco deixa claro na apresentação de seu trabalho: há uma “onda de apropriação indébita e esquecimento seletivo” a rondar a produção desse autor, cujo nome, juntamente com E. P. Thompson e R. Hoggart, está

associado à fundação dos Cultural Studies. Perplexa, diante do “consumo” dessa teoria na “Era da Cultura”, ela intervém no atual estado da questão — quando os Estudos Culturais referendam metodologicamente pesquisas de identidade nacional, raça, etnias, gênero, sexualidade, pós-modernidade, pós-colonialismo, etc., em áreas tão variadas como a ecologia, a psicologia, a pedagogia, a crítica literária ou a comunicação (dos meios às audiências) —, a partir dos modos de recepção de Williams entre nós, propondo um retorno aos fundamentos do autor, “muito citado e pouco lido” por aqui: dentre os 33 títulos citados por Maria Elisa Cevalco, apenas quatro foram traduzidos no Brasil (Cultura e Sociedade: 1780-1950, Marxismo e Literatura, O Campo e a Cidade e Cultura).

Se Maria Elisa interpela o debate atual em torno dos Estudos Culturais é porque localiza nessa “expansão ilimitada” modos equivocados de aplicação de uma teoria que na sua origem estava fortemente marcada pelo marxismo, identificando-se com a New Left inglesa (em especial, com a segunda geração), buscando explicitar a força das estruturas políticas e históricas nos produtos e produções culturais. Pois, foi justamente desde esse ponto de vista que o trabalho de Williams operou mudanças radicais na crítica da cultura no final dos anos de 1950, a partir da Grã-Bretanha mundializadas nas décadas seguintes. E essa intervenção, aponta a autora, mudou a natureza mesma do debate sobre cultura, através de um plano de trabalho ordenado por Williams, que ela reconhece já em ensaio de 1958, *Culture is Ordinary*, em três momentos: de reformulação teórica, de confronto com a tradição conceitual vigente e de constituição de um novo campo.

Raymond Williams opôs-se a idéias elitistas sobre a cultura: desde a versão “casa de chá”, como ele denominava a visão aristocratizante da cultura como forma de comportamento de “pessoas distintas”; até a tradição leavisianista, que consolidou o método *close reading*, forma de análise literária que se encerra nos próprios elementos constituintes das obras, desprezando quaisquer aproximações de ordem sociológica ou histórica, já que Leavis (figura central da crítica inglesa dos anos 1930 a 1950) defendia um conceito de cultura (ou, melhor dito, de “alta cultura”) sem vínculos com sistemas econômicos, técnicos ou sociais. Para Williams, ao contrário, a cultura é experiência ordinária, que designa os significados comuns a uma sociedade humana, seus modos de vida usuais e, também, a sua produção artística e intelectual. Trata-se, no modo de leitura de Maria Elisa, da emergência de um discurso que se constitui em reformulação teórica de conceitos restritos de cultura, reapropriando-os para um uso mais democrático.

Também de confronto foi a relação de Williams com a tradição conceitual da incipiente esquerda inglesa dos anos de 1930, que, restrita a uma intelectualidade literária, tentava encaixar a cultura em termos “revolucionariamente corretos” de base/superestrutura, buscando prescrever seus rumos e ignorando sua centralidade na vida social. Das proposições dessa intelligentsia marxista, relata Maria Elisa, Williams reteve a idéia de que a cultura deve ser interpretada em relação com os modos de produção, porém acrescentando que ela mesma é uma força produtiva, não apenas reproduz a realidade, mas deve ser pensada com uma consciência tão prática quanto a linguagem em que é veiculada — as tecnologias específicas da escrita, inclusive os sistemas eletrônicos e mecânicos de comunicação, pois, segundo o autor, a teoria crítica da cultura deveria ampliar suas análises da literatura às artes visuais, à música e ao que ele chamou de “artes abrangentes” do cinema, do rádio e da televisão.

Salienta a autora que a reflexão de Williams sobre os meios de comunicação não lhes creditava, necessariamente, o caráter de produção cultural de qualidade, mas a versão de cultura que interessava naturalizar. Todavia, alerta, desprezar-lhes como parte constitutiva da cultura contemporânea seria, no mínimo, ignorar a virada que se deu com o desenvolvimento técnico dos meios de transmissão como o rádio, o cinema e a televisão, propiciando o redirecionamento da questão do treinamento especializado dos receptores. No ensaio *The Uses of Cultural Theory* [1986], Williams identificou a história do desenvolvimento e uso social dos meios de produção como noção central de uma análise materialista, exemplificando: a escrita (modalidade histórica do uso social de um meio) representa um progresso material, cujo uso, no entanto, por exigir treinamento específico, afigura-se em retrocesso social, já que no seu acesso e distribuição vigora a organização desigual da sociedade; de outro lado, na televisão (exemplo contemporâneo do uso social de um meio) Williams reconheceu, por sua possibilidade de acesso universal, o potencial de se tornar um instrumento da “longa revolução em direção a uma democracia participativa”, como destaca Maria Elisa a partir da leitura do livro *Television, Technology and Cultural Form*, de 1974.

Ao longo da obra de Williams e de seu contato (e discussão) com o pensamento de Lukács, Brecht, Althusser, Escola de Frankfurt, Círculo de Baktin e, especialmente, a partir do conceito de hegemonia, de Gramsci — retomado por Williams como noção central na descrição do processo de produção e reprodução da cultura —, consolida-se sua concepção de “materialismo cultural”, cujo objetivo é definir a unidade do processo

sócio-histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo. A serviço dessa unidade, o materialismo cultural de Williams incluiu a comunicação de massa no debate acadêmico inglês, além de não reconhecer, a priori, um estatuto especial para as obras literárias: o trabalho da análise, segundo ele, deve descrever e interpretar as relações entre uma “multiplicidade de escrituras”.

Ainda no trabalho de análise aos meios de comunicação de massa (mais especificamente, a “arte emergente” do cinema), em *Preface to Film* [1954], para fugir à armadilha do conceito de ideologia — de acordo com Maria Elisa, a aplicação mecânica de elementos externos aos produtos de significação artística ou o hábito de predefinir as características da base e buscá-las na superestrutura —, Williams cunhou um novo termo: “estrutura de sentimento”. Se para o poeta e pensador do Romantismo alemão Wolfgang Goethe, o “espírito do tempo” (*Zeitgeist*) definia-se por um conjunto de opiniões que dominam um momento específico da história e que, independentemente da percepção humana, de modo inconsciente, determinam o pensamento de todos os que vivem num dado contexto, para Williams a “estrutura de sentimento” descreve como as nossas práticas sociais e os hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e de organização sócio-econômica que as estruturam em termos do sentido que consignamos à experiência do vivido.

Contudo, é no exame ao romance *O Morro dos Ventos Uivantes*, de Emily Brontë, efetivado por Williams em *The English Novel from Dickens to Lawrence* [1970], que o conceito “estrutura de sentimento” como termo de análise clarifica-se: o que a crítica literária convencional vira como produto da imaginação fecunda da escritora, um “experimento único”, ou, de outro lado, a leitura convencional marxista enquadrara como a luta passionnal entre a burguesa Cathy e o proletário Heathcliff, recebeu de Williams outra interpretação, à luz de uma estrutura de sentimento que considerou a paixão desmedida das personagens do romance no contexto dos modos de vida da época das irmãs Brontë (predecessora imediata da rigidez vitoriana), daí resultando o que ele compreendeu como uma separação trágica entre a intensidade humana e qualquer acomodação social possível, traço que reconheceu, entremontes, como marco de nossa história cultural. Ademais, Maria Elisa estabelece uma relação entre o conceito de “estrutura de sentimento” presente nessa análise de *O Morro dos Ventos Uivantes* e o uso derrisório da emoção, por exemplo, na obra de Williams considerada “política”, *Towards 2000*

[1973], onde ele apontava a revalorização do emocional como uma das mudanças necessárias para uma transformação efetiva da sociedade, alertando para o fato de que alguns dos movimentos transformadores da organização social (os feministas, ecológicos ou pacifistas) são desqualificados como “emocionais”, mas é justamente no que “descarta como emocional (...) que a velha consciência demonstra de forma mais evidente sua falência”.

Nos conceitos de Williams, discutidos no livro de Maria Elisa Cevasco que resultou de sua tese de livre docência, muitas das marcas dos Estudos Culturais, que a autora definiu em entrevista a Maurício Santana Dias ([www.sbd.fflch.usp.br/pcd/pcd062003.html](http://www.sbd.fflch.usp.br/pcd/pcd062003.html)) como “uma disciplina que surgiu em resposta a uma mudança nos modos de organização da sociedade contemporânea, a chamada sociedade dos meios de comunicação de massa”. Na própria gênese dos Estudos Culturais (e no trabalho de Williams, um dos “pais” da disciplina), portanto, o interesse maior da obra da autora para os pesquisadores da área da Comunicação.

A contribuição de Raymond Williams, então — para além da qualidade inovadora do conceito de cultura que propôs, atentando ao que hoje se pode chamar de “cultura das mídias” (tema marginal à sua época); ainda assentando as análises marxistas convencionais (e rígidas) sob a égide do materialismo cultural; e, ademais, emprestando valor estrutural (e de transformação social) às mais das vezes desqualificadas questões de ordem sentimental —, afigura-se em leitura fundamental para todos aqueles que adotam os Estudos Culturais como referencial teórico-metodológico em suas pesquisas, para conhecer os fundamentos da disciplina e dela fazer uso acertado. E a obra de Maria Elisa Cevasco é um guia fantástico para quem se inicia nessa jornada.